

UM PAPEL PARA OS INDÍGENAS: ESBOÇOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO IMPRESSOS EM *O GUARANI*

DOI: 10.29327/210932.9.1-3

Cassiane Souza dos Santos
Universidade Federal de Viçosa
cassianasantoshistoria@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8569-2143>

Aline Souza dos Santos
Universidade Federal de Viçosa
asantosletras@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7399-8332>

RESUMO: Este artigo, por meio de uma investigação bibliográfica, revisita algumas discussões oitocentistas presentes na obra *O Guarani*, publicada por José de Alencar ao longo do ano de 1857, evidenciando a estreita relação entre o projeto indigenista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na segunda metade do século XIX, e os modelos indígenas “alencarianos”. Partindo das reflexões historiográficas de Guimarães (1988) e Moreira (2010), compreende-se que as querelas do IHGB, sob os auspícios do II Reinado, balizavam, sobremaneira, três tópicos: 1) o lugar do indígena no território nacional; 2) a legitimação do Império e do legado português; e 3) a miscigenação. Sob o conceito de “interdiscursividade”, sistematizado por Maingueneau (2014), portanto, aqui se apresentam quocientes de um estudo interdiscursivo, cuja questão norteadora é a influência da historiografia em um romance indigenista.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. José de Alencar. *O Guarani*.

INTRODUÇÃO

[...] D. Antônio contemplou o índio com admiração profunda. — Peri, disse ele, o que fazes agora é de um fidalgo. Teu nobre coração pode bater sem envergonhar-se sobre o coração de um cavalheiro português (ALENCAR, 1996, p.112).

Uma vez emancipado politicamente de Portugal (1822), o então surgente Estado Imperial enfrentava a problemática de consolidar-se no imaginário histórico-sociocultural. Para alcançar esse objetivo, grupos de intelectuais da época mobilizaram-se em torno da elaboração de hipóteses sobre a constituição da “cor local” do país ou do *ethos* brasileiro (MOREIRA, 2010, p.54). Nesse contexto, emergiu a necessidade de uma narrativa historiográfica essencialmente nacional. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante, IHGB), em 1838, concretizava os anseios desse projeto, subsidiado pelo Império de Bragança (em 75% das verbas) e por luso-brasileiros da nova Elite intelectual (em quase de 25% do custeamento) (GUIMARÃES, 1988, p 6-9). Mais do que uma mera questão de retórica, o reconhecimento da existência de um povo, histórica e culturalmente,

significava a sua legitimidade social e a obtenção de direitos básicos como a liberdade e o acesso à terra (MOREIRA, 2010, p.55).

Com efeito, sobretudo no Segundo Reinado (1840-1889), as discussões promovidas no interior do IHGB tornaram-se tentativas de definir um papel para os povos nativos na dramaturgia histórica brasileira (MOREIRA, 2010, p.55). Nesse momento, a controvérsia indígena e sua miscigenação chegaram a ocupar 73% dos trabalhos publicados na *Revista do IHGB*¹, dividindo espaço com artigos sobre as explorações científicas do território e as histórias regionais (GUIMARÃES, 1988, p.20). Ora, nos tempos de D. Pedro II, tribos indígenas, pertencentes às mais diversas etnias, povoavam parcelas relevantes das fronteiras e, se comparadas ao Império, possuíam melhor conhecimento e desenvoltura sobre o território. Por isso, não se deve tomar a simultaneidade dessas três temáticas na revista *ihgbiana* com ingenuidade, mas ao revés. Na verdade, o cerne da querela indigenista no IHGB passava pela fomentação de uma política capaz de integrar a subserviência dos “índios” ao Regime, sob a ótica *uti possidetis, ita possideatis*² (BEOZZO *apud* MOREIRA, 2010, p.54-56).

Ademais, como tema central nas discussões do IHGB, pode-se considerar que a definição do papel do índio diante da História Nacional seja “o testemunho mais eloquente do nascimento e da consolidação do que se pode qualificar de abordagem nacionalista na questão indígena” (MOREIRA, 2010, p.59). Tanto o é que um dos expoentes do IHGB, Gonçalves de Magalhães (1811-1882), seria o inaugurador das tentativas oitocentistas de converter o indígena e a flora brasileira em signos de nossa “independência espiritual, política, social e literária” (COUTINHO *apud* MOREIRA, 2010, p.62). Por meio de sua epopeia histórica, *A Confederação dos Tamoios*, Magalhães marcaria o “ápice do indianismo na poesia” (CANDIDO, 2004, p.403), sendo bem recebido, inclusive, por D. Pedro II – não só responsável pelo custeamento da produção como também pela defesa entusiasta da obra (MAGALHÃES, 1856, p.2-3).

Porém, mesmo que muito tenha agradado ao imperador, o poema de Gonçalves de Magalhães não sairia ileso dos comentários de outra parte da elite intelectual e política. José de Alencar (1829-1977), por exemplo, que mais de pronto nos interessa, direcionou, sob o pseudônimo de Ig, duras críticas à obra, fazendo referência ao que denominou de três pontos centrais e insuficientes: gramática, estilo e métrica (MARTINS, 2000). Nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* enviadas ao *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, Ig denota que, a seu ver, o gênero épico era inadequado à expressão da comoção e das aspirações da gente americana e à forma de uma literatura nascente. Nessa concepção, Ig conclui que Magalhães, em sua obra, não soubera elevar ao nível de grandiosidade fundamental a matéria de seu canto: os indígenas, os portugueses e a terra brasileira.

Após a revelação da verdadeira identidade de Ig, conforme bem explica Martins (2000), as cartas *alencarianas* passaram a se apresentar menos como um estudo d’*A Con-*

1 Cabe ressaltar que, para Moreira (2010), contudo, a esta altura não havia uma visão heterogênea sobre o indígena no IHGB. A autora coloca que circulavam na Instituição, pelo menos, três teses divergentes, sendo estas: 1) “os índios permaneceriam no estado de selvageria para sempre, pois eram consideradas populações incapazes de evoluir a partir de estímulos endógenos (p.61)”, defendida por Adolfo de Varnhagen; 2) Os indígenas “eram concidadãos dotados de direitos perante o Estado (p.68)”, mobilizada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, e, finalmente, 3) a de Gonçalves de Magalhães, que enxergava o indígena “sob a ótica do bom selvagem (p.62)”. Ainda segundo Moreira, “no âmbito da ação indigenista oficial do Império prevaleceu o ponto de vista de Gonçalves de Magalhães”, inclusive para os romancistas da literatura (MOREIRA, 2010, p.55).

2 “Como possuíis, assim possuiais”. Esse princípio, originário do “direito romano”, autorizava uma parte “x” a contestar e reivindicar um território de “y” adquirido como produto quociente de uma guerra (LAUTERPACHT; GREENWOOD, 1995, p.81; BEOZZO *apud* MOREIRA, 2010, p.54-56).

federação dos Tamoios do que como uma introdução de sua própria versão daquilo que se constituiria enquanto literatura genuinamente nacional, um romance de nome *O Guarani*; e as críticas dirigidas a Gonçalves de Magalhães verificavam-se como uma oportunidade para que Alencar ampliasse o público-alvo de sua futura obra. Logo, por propor-se a “aperfeiçoar” a épica dos tamoios, a narrativa de *O Guarani* refletiria, conseqüentemente, alguns dos pensamentos *ihgbianos*, tais como: 1) a legitimação do Império e do legado português; 2) o lugar e o papel do indígena no território e 3) a questão da miscigenação.

A partir das informações supracitadas, as linhas que seguem dissertam acerca de alguns discursos difundidos pelo IHGB presentes na obra *O Guarani*, publicada por José de Alencar no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857. Para tanto, e entendendo o fato literário como discurso, recorre-se ao conceito de *interdiscursividade* de Dominique Maingueneau, em que aponta que “todo discurso [...] tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos (MAINGUENEAU, 2014, p.286)”. Destarte, nosso trabalho visa contribuir para uma maior aproximação entre os estudos literários e historiográficos, bem como agregar saberes acerca do posicionamento de Alencar diante do projeto oitocentista para o papel e o lugar do indígena na Literatura Nacional de meados do século XIX.

NOTAS SOBRE ALENCAR

José Martiniano de Alencar é um autor com o qual necessariamente se depara quando numa apreciação sistematizada sobre a produção romântica brasileira elaborada em um contexto de pós-independência. Nascido em Messejana, então município do Ceará e atual região de Fortaleza, mudou-se para o Rio de Janeiro aos 11 anos de idade. Filho espúrio de um sacerdote, jornalista e político, os cargos que ocupou ligam-no não apenas ao Catolicismo, ao gosto pela escrita e ao cenário político do Segundo Império; mas também à obtenção de funções elevadas, como a de Ministro da Justiça pelo Partido Conservador (MARTINS, 2000, p.11-35). Na condição de romancista, a representatividade de suas obras, voltadas para a construção da cultura pelo enfoque de um tema essencialmente nacional, o situa entre as figuras mais importantes desse período (BOSI, 1992), chegando a ser definido por Machado de Assis como um “fecundo e brilhante escritor” do Indianismo Oitocentista (1994, p.2).

No que concerne ao *Guarani*, não se pode desconsiderar que o romance se tenha iniciado à sombra da publicação de *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães. Como mencionado, foi após assistir à longa sorte de prestígios alçados pelo poema, sobretudo advindos de D. Pedro II, que Alencar, como um “bom” escritor e monarquista inteirado dos debates suscitados pelo universo letrado oitocentista do IHGB, editou uma série de oito críticas à épica de Magalhães, veiculadas no *Diário do Rio de Janeiro*, entre os meses de junho e agosto de 1856, sob a designação de *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Não casualmente, alguns meses depois, mais precisamente, em janeiro de 1857, era publicado, no mesmo periódico, o capítulo inicial de *O Guarani*, em formato de folhetim. No fim do mesmo ano, Alencar custearia a reedição de sua obra em formato de livro, tornando-se, desse modo, um autor ilustre na sociedade brasileira de seu tempo. A partir da editoração e lançamento das obras *Iracema* e *Ubirajara*, em 1865 e 1874, respectivamente, encerra-se o que ficaria conhecido, mais tarde, como a *trilogia indianista de José de Alencar* (MARTINS, 2000, p.11-35).

Finalmente, vale assinalar que conhecedores da matéria poderão recordar as sucessivas polêmicas protagonizadas por Dom Pedro II e José de Alencar, tanto no âmbito político como no pessoal³. Talvez a mais notória delas seja a resposta do monarca à publicação das cartas de Erasmo (1865), nas quais o jovem jornalista ataca o governo e, revidando, o Imperador impede que o escritor assuma o cargo de senador, outrora ocupado por seu pai. Sabe-se, também, que em 1870, Alencar abandona a carreira política, motivado pelo desprezo de D. Pedro II à sua figura. Observa-se, entretanto, que ambos os episódios se dão em momento posterior à publicação de *O Guarani*, obra que, por sua vez, já tinha se consolidado enquanto eminência literária. É por essa razão que não há resquícios de desvalorização ou afronta, senão representações capazes de conferir, de certa forma, sentidos positivos à colonização e enaltecimento ao reinado dos Bragança, seja involuntariamente ou na esperança de possíveis gratificações da parte do monarca. Nesses termos, portanto, acredita-se que *O Guarani* não deva ser entendido como uma oposição ao imperialismo português, mas, pelo contrário, como um estopim para intrigas futuras.

A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O LUGAR DO ÍNDIO⁴

Em *O Guarani*, encontra-se uma grande preocupação na descrição de um território que revele uma grandeza nacional, sobre o que se dedica todo o primeiro capítulo da primeira parte da obra, cujo título é, expressivamente, *Cenário*. Nele se define uma paisagem quase intocável por mãos humanas e de beleza sublime. Utiliza-se, para tanto, um vocabulário rico em caráter qualitativo às imagens descritas, na tentativa de elevar ao máximo sua expressão maravilhosa, de uma terra cujas águas são límpidas e cujas cores são vigorosas. Outrossim, lança-se mão do recurso de personificação dos elementos naturais (um rio que corre, se fatiga, e se curva), o que confere um efeito de vivacidade e esplendor à narrativa:

De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio de água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal [...] Aí, o Paquequer lança-se rápido sobre o seu leito, e atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pêlo esparso pelas pontas do rochedo, e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, foge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas forças, e precipita-se de um só arremesso, como o tigre sobre a presa [...] A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras. Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa (ALENCAR, 1996, p.3).

Além da natureza, descreve-se também, e com igual magnitude, a localidade habitada pelos colonos, que, por razão que se dá a conhecer depois, se encontra em um “vale impenetrável” (ALENCAR, 1996, p.4) como meio de “segurança e defesa” (ALENCAR, 1996, p.3). Pormenorizada por dentro e por fora, a casa colonial ganha destaque com o

3 Para entender mais sobre essas polêmicas, recomenda-se a leitura de FERREIRA, Cristina. José de Alencar e as Cartas de Erasmo sobre a emancipação dos escravos (1867). In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PARANÁ. Anais. Curitiba: ANPUH/PR, 2016. p.1-10.

4 Sob a pretensão de obter-se uma dimensão continental de incontáveis primícias, ademais da representação do índio como figura histórica nacional, o IHGB, em suas publicações, buscava delimitar os limites territoriais brasileiros, suas riquezas e opulências naturais e ímpares, incluindo a questão indígena como ocupante e/ou dono do território ou como um simples nômade (GUIMARÃES, 1988, p.23).

quarto de uma mulher (que se fará saber Cecília), metaforicamente comparado a um “ninho da inocência” e a um “paraíso” habitado por “uma fada” (ALENCAR, 1996, p.5). Nesse lugar, se encontram elementos da cultura portuguesa (uma cruz e uma guitarra cigana), misturados aos componentes do imaginário típico brasileiro como aves (a garça-real), animais selvagens e minerais.

Entretanto, ao falar da natureza e da habitação dos colonos, não se encontram indígenas ou sua morada como parte integrante. Suas aparições se darão ao decorrer da narrativa, por entre as folhagens da floresta, em torno das árvores, em volta de uma fogueira, porém nunca em lugar fixo. Talvez, a única menção na apresentação do cenário que poderia remeter à presença de outros, e, nesse caso, à existência dos índios, esteja no trecho em que, ao constatar as poucas casas que ali se haviam construído, diz-se de o interior do lugar estar ainda “inculto”, característica essa que, mais tarde, vê-se, é atribuída às tribos indígenas que viviam, não ali, mas aos arredores:

No ano da graça de 1604, o lugar que acabamos de descrever estava deserto e inculto; a cidade do Rio de Janeiro tinha-se fundado havia menos de meio século, e a civilização não tivera tempo de penetrar o interior (ALENCAR, 1996, p.3).

De fato, o primeiro registro que se faz dos índios se dá no segundo capítulo, quando se apresenta D. Antônio de Mariz, a quem se verá mais adiante:

Na posição em que se achava [a casa], isto era necessário por causa **das tribos selvagens, que, embora se retirassem sempre das vizinhanças dos lugares habitados pelos colonos, e se entranhassem pelas florestas, costumavam contudo fazer correrias e atacar os brancos à traição**. Em um círculo de uma légua da casa, não havia senão algumas cabanas em que moravam aventureiros pobres [...] Estes, apesar das precauções que tomavam **contra os ataques dos índios**, fazendo paliçadas e reunindo-se uns aos outros para defesa comum, em ocasião de perigo vinham sempre abrigar-se na casa de D. Antônio de Mariz (ALENCAR, 1996, p.7, grifos nossos).

Ora, a primeira referência efetiva às tribos se contrasta negativamente à narrativa exposta até então, e, sob tal ponto, “mancha” a tessitura ornamental do cenário, pelas atribuições desfavoráveis: “selvagens”, “entranhar-se pelas florestas” e “atacar à traição”. Nesse sentido, a ausência da aparição dos índios como parte constituinte do cenário local, assim como a carga negativa a eles referida, permite entender que estes não participam nem são donos dessas terras, senão uma tribo de nômades que “invadem” o local e atacam os “civilizados colonos”.

Há apenas um índio que se difere dos demais: Peri, herói do romance e pretendido símbolo nacional. Destacado dentre os outros, Peri, no contato com a civilização representada pela família portuguesa, passa a possuir uma habitação que antes não tinha, isto é, uma cabana de sapê ofertada pela filha do colono, a quem o índio protegia. Essa cabana é descrita rapidamente no primeiro capítulo da primeira parte do livro, mas que, de início, não pertence a ninguém:

na extrema do pequeno jardim, à beira do precipício, via-se uma cabana de sapê, cujos esteios eram duas palmeiras que haviam nascido entre as fendas das pedras. As abas do teto desciam até o chão; um ligeiro sulco privava as águas da chuva de entrar nesta habitação selvagem (ALENCAR, 1996, p.4).

Tal distinção entre Peri e os demais índios traz, na figura daquele que representaria a nação brasileira, uma civilidade já anterior, demonstrada na capacidade de raciocinar como um português e de compreender a necessidade de abrigo e proteção advindos da família portuguesa, uma vez que a cabana ficava logo abaixo da janela do quarto da moça:

O índio [Peri] sacrificaria tudo, antes do que consentir que um pesar anuviasse o rostinho faceiro de sua bela senhora. Assim, tranqüilizado [sic] por esta idéia [sic], ganhou a cabana, e dormiu sonhando que a lua lhe mandava um raio de sua luz branca e acetinada para dizer-lhe que protegesse sua filha na terra (ALENCAR, 1996, p.38).

Aliás, Peri abandona sua própria família e se opõe aos aimorés em favor de Cecília e sua gente. No capítulo XIV da primeira parte, denominado *A índia*, nota-se que, após presenciar o assassinato da moça mais bonita da tribo dos aimorés e filha do cacique, pela arma do filho de D. Antônio (D. Diogo), Peri se preocupa com uma possível vingança por parte da tribo Aimoré contra Cecília e se propõe a atacá-los para defender os portugueses. Se lutar não era possível, Peri, então, se oferece como sacrifício, planejando envenenar-se e entregar-se aos índios em um ritual de canibalismo (em que comeriam de sua carne envenenada e morreriam). Perceba-se a descrição que se dá aos costumes e modos da tribo Aimoré e o julgamento ético-moral negativo sobre ela em comparação aos colonos:

Ora, o índio [Peri] conhecia a ferocidade desse povo [aimorés] **sem pátria e sem religião, que se alimentava de carne humana e vivia como feras, no chão e pelas grutas e cavernas**; estremecia só com a idéia [sic.] de que pudesse vir assaltar a casa de D. Antônio de Mariz. **Era preciso, pois, exterminar toda a família e não deixar nem um vestígio de sua passagem.** [...] Por fim julgou que o mais prudente era avisar a D. Antônio imediatamente, a fim de que tomasse todas as medidas de prevenção que exigia a iminência do perigo (ALENCAR, 1996, p.58, grifos nossos).

Pode-se, portanto, a partir das colocações desse tópico, inferir dois lugares distintos para o indígena, representados pela oposição entre Peri e a tribo dos aimorés: esta ocupa o lugar da **incivilidade e marginalidade** (selvagens sem pátria), estando, conseqüentemente, num nível inferior àquele, Peri, índio **domesticado e agradecido** aos “favores” da família portuguesa e, por isso, experimentador de todo o “benefício” trazido pela civilização. Assim, debaixo da janela da civilidade, o Brasil, simbolizado em Peri, reserva à sua história a proteção e a valorização da herança portuguesa como nação enviada para trazer cultura ao povo incivilizado.

A LEGITIMAÇÃO DO IMPÉRIO: LEALDADE À COROA PORTUGUESA E AFIRMAÇÃO DA FÉ CATÓLICA

— Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé do juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro! (ALENCAR, 1996, p.6).

As primeiras ações das personagens de José de Alencar em *O Guarani* se dão no segundo capítulo da primeira parte do livro, intitulado como “Lealdade”. A regência dessa palavra, em português, sugere uma transitividade, na necessidade de que esta parta de al-

guém em direção a algo. A questão a se colocar é: **lealdade de quem e a quê?** E, em busca dessa resposta, encontrou-se a lealdade de D. Antônio de Mariz a Portugal e à sua tradição.

No final do século XVI, precisamente, em abril de 1593, quando Antônio de Mariz retorna ao território fluminense, terra que havia ajudado a fundar, o fidalgo se instala, especificamente, na sesmaria que lhe fora concedida por Mem de Sá, em função da sua contribuição na expulsão dos franceses das terras, nas explorações do interior de Minas Gerais e do Espírito Santo e no combate aos ditos “selvagens”. O motivo de seu regresso? A negação em servir ao rei Felipe II da Espanha (ou Filipe I de Portugal), pois, leal, acreditava que só ao rei de Portugal devia oferecer serviço, rejeitando o reinado espanhol:

Português de antiga têmpera, fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e menagem. Quando, pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe 11 como o sucessor da monarquia portuguesa, o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço (ALENCAR, 1996, p.6).

Ademais, quando D. Antônio está prestes a se suicidar, juntamente com toda a sua família, para salvar suas vidas contra os aimorés sedentos de vingança por causa da índia assassinada por D. Diogo, observa-se um ato de preservação à honra portuguesa contra a tribo indígena. O suicídio confere aos personagens um sacrifício em nome dessa mesma honra, pois, para morrer de forma digna, Antônio de Mariz não podia fugir, nem permitir que fossem mortos pelos inimigos, o que ressalta ainda mais a característica da lealdade, não só ao seu país, mas também aos seus princípios de homem civilizado:

— **Um fidalgo português não pode fugir diante do inimigo, qualquer que ele seja: morre vingando a sua morte.**

Peri fez um gesto de desespero.

— Assim tu não queres salvar a senhora?

— Não posso, respondeu o cavaleiro; o meu dever manda que fique e partilhe a sorte de meus companheiros. [...] o que tu pedes não é um sacrifício, é uma vergonha; é uma traição. Tu abandonarias tua mulher, teus companheiros, para salvar-te do inimigo, Peri?...

[...] O fidalgo, contemplando sua filha, sentiu uma dor pungente e quase arrependeu-se de não ter aceitado o oferecimento de Peri, e de não tentar ao menos esse último esforço para defender aquela vida que apenas começava a expandir-se. **Mas podia ele mentir ao seu passado e faltar ao dever imperioso que o obrigava a morrer no seu posto? Podia trair na sua última hora àqueles que haviam partilhado a sua sorte?** Tal era o sentimento de honra naqueles antigos cavaleiros, que D. Antônio nem um momento admitiu a idéia [sic] de fugir para salvar sua filha; (ALENCAR, 1996, p.230, grifos nossos).

Essa mesma lealdade do fidalgo é corroborada ao passo que é contraposta pelo “grande vilão” da trama, representado por um italiano e ex-frade de nome Loredano, “sarcástico” e de “espírito mordaz”, nas palavras do narrador (ALENCAR, 1996, p.19). No capítulo XV da primeira parte do romance, intitulado *Os três* (p.64-65), encontramos a descrição deste, cuja apresentação inicial é dada numa tentativa de vender um segredo ao rei Felipe II, a fim de se tornar rico. Tendo consigo o roteiro das minas de prata descobertas por Roberio Dias, do interior da Bahia, pretendia ou explorar com aventureiros o tal tesouro, ou entregá-lo ao rei espanhol. Independentemente do que fizesse, de fato, a situação ressalta

a ganância e a vileza de Loredano em satisfazer suas próprias vontades – uma evidente traição à nação brasileira e à portuguesa:

— Mais alguns dias, amigos, continuou Loredano, e seremos ricos, nobres, poderosos como um rei. Tu, Bento Simões, serás marquês de Paquequer; tu, Rui Soeiro, duque das Minas; eu... Que serei eu, disse Loredano com um sorriso que iluminou a sua fisionomia inteligente. Eu serei...

Uma palavra partiu do seio da terra, surda e cavernosa, como se uma voz sepulcral a houvesse pronunciado:

— Traidores!... [disse D. Antônio de Mariz] (ALENCAR, 1996, p.65)

Contudo, para além dos desejos de enriquecer-se, Loredano ousa o pior: almejar a filha de D. Antônio, Cecília, menina de costumes portugueses e traços angelicais, puros e infantis:

[...] o italiano contava tornar-se senhor da banda, apoderar-se de Cecília, ir às minas encantadas, carregar tanta prata quanta pudesse levar, dirigir-se à Bahia, assaltar uma nau espanhola, tomá-la de abordagem, e fazer-se de vela para a Europa. Aí armava navios de corso, voltava ao Brasil, explorava o seu tesouro, tirava dele riquezas imensas e... E o mundo abria-se diante de seus olhos, cheio de esperança, de futuro e felicidade (ALENCAR, 1996, p.79).

Cecília, como “musa romântica” que se prezasse, e ocupando o lugar de “grande ideal” da história, é sensível, racional e cristã. Nesses termos, ela poderia ser a própria representação de Portugal, ou, simbolicamente, de sua herança (uma vez que todos agem em seu favor) e, desta forma, de nenhuma maneira poderia ser entregue a um italiano aproveitador e traidor.

A AFIRMAÇÃO DA FÉ CATÓLICA

Tantos são os episódios em que se enfatiza a fé católica, e tamanha é a dimensão da proclamação do discurso da salvação messiânica, que a palavra “cristã(o)” vem a aparecer cerca de 40 vezes no decorrer do texto, enquanto “cruz” é citada cerca de 23 vezes e “Deus”, por sua vez, menciona-se por 69 vezes. Além disso, é interessante notar como a compaixão e amor cristãos, bem como o compromisso com a defesa de Portugal e de sua honra e sua tradição, são colocados acima de todas as coisas.

Como se sabe, a própria independência de Portugal e instituição de seu primeiro rei, Alfonso Henriques, estão atreladas a uma Revelação Divina e ao Catolicismo (vide a lenda do Milagre de Ourique). Ao mesmo tempo, sua expansão marítima e “achado” de colônias relacionam-se a uma suposta grande “missão civilizatória” – na qual se incluía levar a mensagem de Deus, a língua e a civilidade aos povos colonizados:

— **Se Peri fosse cristão, e um homem quisesse te ofender, ele não poderia matá-lo, porque o teu Deus manda que um homem não mate outro. Peri selvagem não respeita ninguém;** quem ofende sua senhora é seu inimigo, e, morre! Cecília, pálida de emoção, olhou o índio, admirada não tanto da sublime dedicação, como do raciocínio; ela ignorava a conversa que o índio tivera na véspera com o cavaleiro. — Peri te desobedeceu por ti somente; **quando já não correres perigo, ele virá ajoelhar a teus pés, e beijar a cruz que tu lhe deste.** Não fica zangada!

— Meu Deus!... murmurou Cecília pondo os olhos no céu. É possível que uma dedicação tamanha não seja inspirada por vossa santa religião!... A alegria serena e doce de sua alma irradiava na fisionomia encantadora: — Eu sabia que tu não

me negarias o que te pedi; assim não exijo mais; espero. **Lembra-te somente que no dia em que tu fores cristão, tua senhora te estimará ainda mais** (ALENCAR, 1996, p.142, grifos nossos).

O encontro com Peri confere à Cecília um propósito: catequizar o índio, transmitindo-lhe a sua língua, religião e civilidade para, então, salvar-lhe a alma. Leve-se em consideração que Cecília, se representando a herança portuguesa, não pretende “obrigar” Peri à conversão, senão que deseja e suplica – por amor e gratidão à reverência do índio – que ele se salve:

Eis a razão por que [Cecília] ficara triste; era a gratidão por Peri, que defendera sua vida de tantos perigos, e **a quem ela queria retribuir salvando a sua alma** (ALENCAR, 1996, p.141, grifos nossos).

Nesse sentido, não parece absurdo dizer que Alencar sugere que a colonização tenha sido a etapa que originou o povo brasileiro enquanto nação, dando-lhe língua, cultura e, o mais importante, a Fé em Deus. Assim, a colonização livra o povo das garras do pecado, da “indolência” e da “malícia” que lhe eram comuns (ALENCAR, 1996, p.19).

Reconhecendo, portanto, os princípios da prática cristã de “amar a Deus acima de tudo e ao próximo como a si próprio⁵”; de “combater um bom combate e guardar a Fé⁶” e de “pregar o Evangelho da Salvação a toda criatura⁷”, a origem portuguesa da casa do fidalgo D. Antônio representaria, em cada um de seus membros, uma característica desta doutrina: em D. Antônio, uma necessidade de permanecer fiel e não trair ao rei “legítimo” e aos seus princípios; em D. Lauriana, sua esposa, toda a credence e soberania da tradição; em D. Diogo, o desejo de combater na luta cristã pela remissão de almas convertidas à Santa Fé; e, em Cecília, de converter, ensinar e salvar os perdidos (estes, representados pela figura de Peri). Inclusive, o caráter da compaixão cristã pelos perdidos e de recompensa/castigo pelo amor e temor a Deus perpassa pelo livro em diversos momentos, seja por sua presença ou pela falta, como colocado na oposição entre a morte de Loredano e a dos aimorés.

Os aimorés são condenados como maus por contrariarem um princípio primordial da Fé Cristã: o perdão. Conforme narram as Escrituras, assim como Cristo morre para perdoar os pecados da humanidade, é primordial que se perdoe uns aos outros. Por isso, “o ódio inveterado que havia entre as tribos da grande raça e a nação degenerada dos aimorés” (ALENCAR, 1996, p.156) configura este povo como oposição direta à família portuguesa, e, por extensão, ao Cristianismo. Como punição por suas atitudes contrárias aos ensinamentos da Fé, toda a tribo morre incendiada junto à casa de D. Antônio de Mariz, sem lograr seu objetivo, e, pela sede de vingança, terminam por conduzir ao desfecho trágico de toda a família dos portugueses (“um abismo chama outro abismo⁸”), com exceção de Cecília, que é resgatada por Peri.

Esse resgate, aliás, é, justamente, o estopim da “conversão” de Peri. Prestes a morrer (e a matar a família e o inimigo em nome da honra), D. Antônio, fiel aos seus princípios,

5 Evangelho de Lucas 10.27: “E, respondendo Jesus, disse: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo”.

6 II Carta de Paulo a Timóteo 4.7: Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a Fé”.

7 Evangelho de Marcos 16:15: “E Jesus disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura”.

8 Referência ao Salmo de Davi, capítulo 42.7.

só permite que Cecília seja resgatada por Peri, se este demonstrasse crença em Cristo e promettesse que não se deixaria cair nas mãos dos inimigos:

[D. Antônio de Mariz] atravessou o espaço que o separava de sua filha, e, tomando a mão de Peri, disse-lhe com uma voz profunda e solene:

— Se tu fosses cristão, Peri!...

O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.

— Por quê?... perguntou ele.

— Por quê?... disse lentamente o fidalgo. **Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília**, e estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.

— **Peri quer ser cristão!** exclamou ele.

D. Antônio lançou-lhe um olhar úmido de reconhecimento.

— A nossa religião permite, disse o fidalgo, que na hora extrema todo o homem possa dar o batismo. Nós estamos com o pé sobre o túmulo. Ajoelha, Peri!

O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça.

— Sê cristão! Dou-te o meu nome.

Peri beijou a cruz da espada que o fidalgo lhe apresentou, e ergueu-se altivo e sobranceiro, pronto a afrontar todos os perigos para salvar sua senhora. (ALENCAR, 1996, p.232-233, grifos nossos)

Quanto a Loredano, este recebe também a morte como punição de seus atos. Criado na igreja e abandonando-a por seus interesses comerciais e pessoais, observa-se que o italiano não é uma personagem de origem portuguesa ou indígena, razão pela qual nele se permite criar um caráter impiedoso do qual a lealdade e a honra não fazem parte. Entretanto, devido às suas origens religiosas, sua morte, ainda que pareça cruel, carrega em si o traço valorativo da compaixão. Loredano é deixado para morrer numa fogueira, de tal forma a se converter, arrependendo-se de seus pecados e purificando-se no fogo:

A chama avermelhada da fogueira às vezes oscilava ao sopro do vento, e estendendo-se pelo terreiro ia iluminar a alguma distância com o seu frouxo clarão o vulto de Loredano atado ao poste sobre a pira de lenha. **Os aventureiros tinham resolvido demorar o suplício e dar tempo a que o frade se arrependesse dos seus crimes e se decidisse a morrer como cristão, humilde e penitente**; por isso deixaram-lhe a noite para refletir (ALENCAR, 1996, p.217, grifos nossos).

Dada a origem familiar do próprio José de Alencar e sua relação com o Cristianismo, e admitindo o Catolicismo como um traço distintivo da tradição e da cultura portuguesas, pode-se observar que a afirmação da Fé Católica no decorrer da narrativa permite ratificar tanto a missão civilizatória portuguesa na ocupação do Brasil quanto a importância da assimilação da herança de Portugal confiada ao povo brasileiro.

A QUESTÃO DA MISCIGENAÇÃO: ÁLVARO E ISABEL, PERI E CECÍLIA

D. Isabel, sua sobrinha, que os companheiros de D. Antônio, embora nada dissessem, **suspeitavam ser o fruto dos amores do velho fidalgo por uma índia que havia cativado** [...] (ALENCAR, 1996, p.8, grifos nossos).

Como foi dito, as discussões do recém-criado IHGB pairavam em torno do papel que se atribuiria aos “habitantes nativos” das terras brasileiras, dando prioridade aos índios, e,

mais tardiamente, avaliando a questão do negro. Em linhas mais gerais, se diz que, de fato, a primeira tentativa de resposta acerca do “que fazer” com os povos indígenas (e negros) que aqui residiam, ou melhor traduzindo, do “como colonizá-los” ao invés de simplesmente exterminá-los, tenha surgido, pela primeira vez, com o alemão Karl von Martius em seu *Como se deve escrever a história do Brasil* (1840). Para Martius, um especialista em botânica, a miscigenação entre os povos se daria da mesma forma que com as plantas ou com os animais e, por essa razão, afirmava que seria no estudo das três “raças” - com destaque para a branca/portuguesa – que se encontraria a solução para os questionamentos existentes (VAINFAS, 1999, p.8-9).

Já para o secretário do Instituto, Januário Barbosa (1840), ainda na segunda edição da *Revista do IHGB*, seria a catequização dos povos a melhor (e mais possível) maneira de doutrinar e civilizar os povos nativos, a fim de conquistá-los e submetê-los à assimilação. Para o secretário, fazia-se importante, inclusive, apreender a língua indígena se se quisesse que “as verdades do cristianismo” penetrassem “mais facilmente nos seus corações” (BARBOSA, 1840, p.16). Assim, sob sua perspectiva, se deveria estabelecer relações de dependência entre o indígena e o português, mesmo pelo casamento, porém não para miscigenação em si, mas como forma de “branquear” as tribos indígenas.

Apesar dessas propostas, que, de certa forma, visavam “incluir” as tribos como membros da nação, seguindo as linhas de Vainfas (1999), a Historiografia renegou-lhes o direito, aceitando, por séculos, o discurso elitista de uma narrativa nacional branca e portuguesa (esta, orientada pelo grupo de intelectuais liderados por Varnhagen). Aos nativos brasileiros, atribuiu-se o papel de selvagens e bárbaros – se não assimiláveis – e aos negros, praticamente, escusou-se toda a sua memória. Dessa maneira, a História permaneceu branca, e a miscigenação, como coloca o autor, “oculta, seja racial, étnica ou cultural (VAINFAS, 1999, p.9)”.

No enredo de *O Guarani*, é possível destacar dois casos importantes de miscigenação: o romance entre Álvaro e Isabel – que culmina em morte para ambos, e a devoção de Peri à Cecília – que funda a nação brasileira. Ambas as histórias demonstram que a miscigenação não terminaria bem, a menos que o brasileiro se “curvasse” às doutrinas da civilização e salvaguardasse o orgulho de poder aliar-se a Portugal. Analise-se.

ÁLVARO E ISABEL

[...] era o tipo brasileiro em toda a sua graça e formosura, com o encantador contraste de languidez e malícia, de indolência e vivacidade. Os olhos grandes e negros, o rosto moreno e rosado, cabelos pretos, lábios desdenhosos, sorriso provocador, davam a este rosto um poder de sedução irresistível (ALENCAR, 1996, p.19).

Retratada como sobrinha de D. Antônio, sendo, porém, sua filha com uma índia, a personagem Isabel se apresenta como uma figura miscigenada e representativa da paixão enquanto uma ação primitiva e um sentimento irracional. Isabel é um grande exemplo de reprodução da reflexão contida na obra de Von Martius ao IHGB (1944) sobre o projeto de assimilação indígena através da miscigenação para o branqueamento, “cuja satisfação exigiria um contato permanente com os brancos; e, em segundo lugar, na educação dos filhos dessas populações segundo os princípios da educação branca” (GUIMARÃES, 1988,

p.21). Tratada como inferior a Cecília, por ser bastarda, e, no entanto, superior aos índios, por ser mestiça, pode ser entendida como figura dualista, uma vez que, a depender da leitura que se faça sobre a mesma, pode se apresentar no papel de “vilã” ou “mocinha”. Isso, porque, se por um lado, a jovem, com paixão ardente e confessada por Álvaro, o desvirtua de sua promessa jurada a D. Antônio de Mariz, de casar-se com Cecília, ao mesmo tempo impulsiona a trama a que tenha seu desfecho concretizado: Cecília precisa enamorar-se de Peri e convertê-lo à Fé católica. Desse modo, tem-se em Isabel papel fundamental no desenlace da história.

No entanto, ainda que educada e bem-vestida, Isabel é de uma natureza incontrolável, e, como fruto de mestiçagem, age por instinto - o que levará, inclusive, a sua morte e a morte de seu amado, o cavalheiro Álvaro de Sá. Este, por sua vez, cavaleiro de D. Antônio de Mariz, pode ser considerado como uma espécie de sucessor do fidalgo, a quem é tão leal quanto D. Antônio a Portugal. Bom, inteligente e justo, é mais um protótipo do que seja um português, pelo que se revela outra demonstração da fidelidade como atributo dos lusitanos:

Álvaro tinha recebido de D. Antônio de Mariz todos os princípios daquela antiga lealdade cavaleiresca do século XV, os quais o velho fidalgo conservava como o melhor legado de seus avós; o moço moldava todas as suas ações, todas as suas idéias [sic.], por aquele tipo de barões portugueses que haviam combatido em Aljubarrota ao lado do Mestre de Avis, o rei cavaleiro (ALENCAR, 1996, p.93).

Assim, Álvaro, ao unir-se com Isabel e desvirtuar-se do propósito de casamento, recebe como punição a morte, que, *a priori*, parece ter sido um assassinato pelas mãos dos aimorés. Entretanto, tal fim não seria digno de um nobre cavalheiro português, principalmente quando entre seus exemplos está a batalha que assegurou a independência de Portugal. Morre, na verdade, sacrificando-se em nome de seu amor por Isabel, amor que lhe desvanecia a honra e que não seria possível de se concretizar.

PERI E CECÍLIA

Quanto a Peri e a jovem Cecília, acredita-se que a esta altura já se compreenda os papéis que as personagens desempenham na obra e a simbologia que carregam: Peri, representação da nação brasileira receptiva à cultura do colono; e Cecília, símbolo da herança portuguesa. Por tudo o que antes já foi expresso, se dirá que dessa junção entre a herança e a sua aceitação pelo povo brasileiro surgirá – tal como propunha e desejava a primeira fase romancista de nossa literatura nacional – a Pátria brasileira, com sua cultura, língua e costumes. A salvação de Peri e Cecília representa, enfim, o início da história da união entre Brasil e Portugal, pretendida como pacífica e estimada tanto por um quanto por outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto propôs-se a revisitar a obra *O Guarani* (1857), de José de Alencar, refletindo sobre ela a partir de alguns dos ideais do IHGB acerca do papel que se atribuiria ao indígena na Historiografia Nacional. Viu-se que, durante o Segundo Reinado, em quase $\frac{3}{4}$ das publicações da *Revista do IHGB* se discutia acerca do lugar do indígena e da necessidade de se delimitar o território nacional brasileiro que, apesar de extenso, ainda não se conhecia tanto quanto os indígenas que ocupavam a terra (GUIMARÃES, 1988). Entendeu-se, então, que a coexistências dessas temáticas em voga nas revistas não eram coincidência,

como apontou Moreira (2010): a assimilação não tinha interesse outro senão a necessidade de expansão e conquista do território ocupado pelos índios na fronteira, que se recusavam ao subjugo e dominação dos colonos.

Assim, se era necessário encontrar maneiras de incluir/excluir a figura dos indígenas na historiografia nacional, ao mesmo tempo, era preciso construir, no imaginário cultural, uma narrativa que naturalizasse a sujeição destes à civilidade e ao domínio pelo Império de Bragança, a fim de que se pudesse justificar possíveis combates contra os índios que se opusessem e resistissem aos controles imperiais. Notadamente, essa narrativa precisava de um herói que representasse um Brasil que absorvesse todo o legado de Portugal – língua, cultura e costumes – e que reconhecesse, nos colonos, poderio e benevolência.

Na análise da obra, pôde-se notar que o conflito em atribuir um papel para o indígena resolve-se na definição de dois lugares, contrapostos pelas figuras de Peri e dos aimorés. Peri, representação da nação brasileira, é o protótipo positivo e aceitável, sendo o único índio sobrevivente de uma sequência de trágicos incidentes que culminam na morte de quase toda a família portuguesa e de toda uma tribo. Assimilável, de coração nobre e português, servil, domesticado e devoto ao ponto de converter-se ao Cristianismo, com objetivo de salvar sua senhora da morte, é Peri quem dará origem, junto à representação da herança de Portugal, Cecília, à nação brasileira. Os aimorés, por sua vez, assumindo um papel de “co-antagonistas”⁹, representam os indígenas não-assimiláveis, sempre referidos negativamente, desde os costumes – canibalismo e paganismo – até ao fato de não possuírem lugar fixo. Os aimorés remetem àqueles índios habitantes das fronteiras, inassimiláveis, e, como ocupantes desse lugar, são condenados como incivilizados, incultos, inumanos e maus.

Por tudo o que foi declarado, conclui-se que, apesar da já declarada independência, o Brasil ainda se manifestava dependente dos ideais colonialistas em termos de literatura e autenticidade. Numa leitura apressada, poder-se-ia dizer que a figuração do indígena como “herói nacional” seria, pois, uma tentativa de valorizar o índio como traço originário da nação brasileira. Porém, a interdiscursividade relativa às propostas do IHGB demonstrou que, na verdade, o que se ressalta na obra é a herança portuguesa em detrimento da própria originalidade brasileira, usurpada por uma espécie de europeização do protagonista, “lapidado” pelo convívio com os europeus, no aceite de sua religião, bem como de sua perspectiva de vida e sua forma de vivê-la. Portanto, *O Guarani* é um romance fruto do que propunha a historiografia de sua época, e, sendo assim, entender as propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pôde nos trazer outra perspectiva acerca da obra.

A ROLE FOR INDIGENOUS PEOPLE: DRAFTS OF THE BRAZILIAN HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE (IHGB) REPRESENTED IN *O GUARANI (THE GUARANY)*

ABSTRACT: This article aims to revisit the 19th century discussions that are present in the work *O Guarani (The Guarany, a Brazilian novel)*, written by José de Alencar, throughout the year 1857. Through a bibliographical research, it demonstrates the close relationship between the indigenous project of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) and the “alencarian” indigenous archetypes. Based on historiographical observations by Guimarães (1988) and Moreira (2010), it is understood that the IHGB debates, under the auspices of the Second Reign, marked out three main topics: 1) the place of the indigenous in the national territory; 2) the legitimation of the Portuguese Empire and legacy; and 3) the issue of miscegenation. Supported by Maingueneau’s concept of “interdiscursivity” (2014), thus, here it is presented quotients from an interdiscursive study, whose guiding question is the influence of historiography in an indigenous novel.

⁹ Considera-se que os aimorés compartilhem o antagonismo com a personagem de Loredano.

KEYWORDS: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. José de Alencar. O Guarani.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O Guarani**. 20ª edição, São Paulo: Ática, 1996.
- BARBOSA, Januário Cunha. Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.2, p.3-18, 1840.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p.5-27, 1988.
- LAUTERPACHT, Elihu; GREENWOOD, Christopher John. **International Law Reports**. vol. 99. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MACHADO DE ASSIS, José Maria. Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade. In: _____. **Obra Completa de Machado de Assis**. vol. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. **A confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empreza Typog, impressor da casa imperial, 1856.
- MAINGUENEAU, Dominique. “Interdiscurso” In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, Eduardo Vieira. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. O ofício do Historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 30, n.59, p.53-72, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo** (London), Niterói, v. 8, p.7-22, 1999.